

# Moratória fez o Brasil

*Divida Externa*

omia

**Jornal de Brasília**

## perder US\$ 5,2 bilhões

Josemar Gonçalves

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, afirmou ontem, num longo depoimento no Senado Federal, que o Brasil perdeu US\$ 5,2 bilhões com a moratória da dívida externa. «Muitos contratos de empréstimos e financiamentos com instituições públicas e privadas internacionais concluídos foram perdidos». As perdas se agravaram, segundo ele, na medida em que o não pagamento da dívida foi sendo prolongado.

A informação do Ministro foi prestada em resposta a uma indagação do Senador Marcondes Gadelha (PFL-PB). Mailson citou a retenção de fluxos de créditos ao Brasil pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Clube de Paris, e empréstimos com a comunidade financeira internacional. «O Brasil perdeu um financiamento de US\$ 1,2 bilhão dos bancos comerciais» disse, além de lançamento de «bônus» na Alemanha, e financiamentos de US\$ 700 milhões para as importações.

### Normalidade

Mailson destacou em seu pronunciamento a necessidade e de repensar a economia brasileira e restabelecer a normalidade das relações externas, de forma a permitir o retorno do fluxo de investimentos estrangeiros ao País. Ressaltou, entretanto, que a poupança interna é também fundamental para dar sustentação à nova economia brasileira.

Sem apresentar nenhuma fórmula original para a negociação da dívida ou para solucionar os problemas da economia, Mailson

destacou, entretanto, ser fundamental retomar o coeficiente de importação, que já foi de 16% e está hoje em 6%, quando na maioria dos países desenvolvidos está acima dos 20%.

### Prestação de contas

O ministro fez ainda um relato detalhado, que ele chamou de «prestação de contas», sobre o estágio da negociação da dívida externa, destacando que se, por um lado, o Brasil cedeu em alguns pontos, de outro, registraram-se ganhos significativos.

Para senadores como Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), Carlos Chiarelli (PIL-RS), e José Fogaça (PMDB-RS), que interpelaram o ministro da Fazenda, houve, entretanto, mais «capitulações do que ganhos ao longo desses processos».

Mailson defendeu-se dizendo que «uma negociação pressupõe concessões mútuas, à busca de uma convergência de interesses» e é nesse sentido, observou, que está desenvolvendo os entendimentos.

### Moratória

O ministro disse que a moratória atingiu essencialmente os bancos comerciais estrangeiros — já que o fluxo de pagamentos para o Clube de Paris, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional foi mantido praticamente normal — que detém créditos da ordem de US\$ 67,6 bilhões com o Brasil, cuja concentração de pagamentos (95%) ocorre no período de 1988 a 1993.

Nas negociações com esses bancos, destacou o ministro que o Brasil conseguiu reescalonar US\$

63,6 bilhões dessa dívida pelo prazo de 20 anos; a «spread» (taxa de risco) de 0,8125%; adotar como parâmetro dos juros a taxa de Londres (Libor); juros semestrais, ao invés de trimestrais; financiamentos de US\$ 6,4 bilhões, sendo US\$ 5,8 bilhões a médio prazo e US\$ 600 milhões a curto prazo, com prazo mínimo de 12 anos e carência de 5 anos.

Destacou ainda o ministro que o Brasil conseguiu prorrogar para dois anos e meio, a contar da data do acordo, prazos para o pagamento de aproximadamente US\$ 15 bilhões de linhas de crédito a curto prazo. Depósitos existentes no Banco Central poderão também ser parcialmente utilizados para o reempréstimo ao setor privado.

### Diálogo com o FMI

Mailson informou que vem sendo aprofundado o diálogo com organismos multilaterais de crédito, como o Banco Mundial, com o Clube de Paris que poderão resultar em novos empréstimos para o Brasil.

Defendeu o ministro a retomada do diálogo com o Fundo Monetário Internacional como fundamental para o processo de normalização de relações com a comunidade financeira internacional. A questão foi abordada também pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, que todo o tempo colocou-se abertamente na condição de «líder da oposição do Governo» e que pediu ao ministro uma «informação clara sobre a volta do Brasil ao monitoramento econômico do FMI».